

Faltam provas técnicas sobre contaminação, diz dono de instituto

escrito por Ana Miranda | 4 de abril de 2016



Natália Fernandjes
Do Diário do Grande ABC



“Não podemos julgar uma floresta por uma árvore podre”, considera o sócio-proprietário do Instituto de Oftalmologia da Baixada Santista, Elcio Roque Kleinpaul, terceirizada contratada pela Prefeitura de São Bernardo e responsável pelo mutirão de catarata malsucedido que deixou 18 idosos cegos e

um morto. O oftalmologista se refere ao fato de que esta é a primeira ocorrência problemática desde que foi firmado convênio com a administração, em 2013, “prevista, inclusive, na literatura – em 0,18% dos casos.”

Em entrevista coletiva na manhã de ontem, Kleinpaul classificou o resultado do procedimento como tragédia, destacou que faltam provas técnico-científicas que mostrem a origem da contaminação de 22 dos 27 pacientes submetidos ao mutirão pela bactéria *Pseudomonas aeruginosa* e ressaltou ainda que a responsabilidade pela conduta da equipe médica durante as cirurgias é do oftalmologista Paulo Barição, contratado pelo instituto para prestar serviços.

Sabemos que foi uma bactéria que causou esse estrago, mas não temos provas técnico-científicas de onde ela veio”, destaca o sócio-proprietário ao ser questionado sobre o resultado da sindicância interna divulgada pela Prefeitura, que aponta que os instrumentos utilizados para o procedimento não foram esterilizados antes nem entre um paciente e outro. “Foram feitas pesquisas em todos os materiais e deu tudo negativo para o crescimento da *Pseudomonas*”, sustenta.

Lembrado sobre falhas apontadas no relatório da Prefeitura, como a falta de procedimentos como lavagem das mãos, troca de avental cirúrgico e esterilização de materiais e, ainda, compartilhamento de material perfurocortante entre os pacientes durante os procedimentos, Kleinpaul destaca acreditar na competência dos funcionários, que “são especializados e não vão deixar de esterilizar material para levar para a cirurgia.” Além disso, ele acrescentou que “o médico é soberano na sala de cirurgia, responsável, inclusive, por verificar o material, por decidir se vai operar, e como vai operar”, conforme contrato firmado junto ao profissional em agosto de 2013.

Embora diga que não vai sossegar enquanto não descobrir a origem da contaminação, o sócio-proprietário do instituto diz

que ainda está pensando sobre a possibilidade de realizar investigação paralela que possa esclarecer as dúvidas existentes. “Não questionamos (o laudo da Prefeitura), mas não quer dizer que seja isso. O ideal seria achar a fonte”, considera, ao ressaltar que tanto instituto quanto Prefeitura e médico têm responsabilidade pelos pacientes. “Não estou me eximindo de culpa alguma”, diz.

Os contratos entre a Prefeitura e o Instituto de Oftalmologia da Baixada Santista e também o da empresa com o oftalmologista Paulo Barição estão suspensos. A Secretaria de Saúde, no entanto, não forneceu informações sobre que medidas tomará em relação à empresa. Desde que firmou contrato com a Secretaria de Saúde de São Bernardo, o instituto já recebeu R\$ 2,4 milhões, sendo R\$ 177,7 mil apenas neste ano.

O caso é alvo de inquérito civil, instaurado pelo MP (Ministério Público) de São Bernardo e conduzido pelo promotor de Saúde Pública Marcelo Sciorilli, e também de inquérito policial, sob os cuidados do delegado titular da Delegacia de Proteção ao Idoso, Gilberto Peranovich. Ambos aguardavam o relatório da sindicância para dar andamento aos processos. A expectativa é que a investigação policial seja concluída dentro de um mês.

O Cremesp (Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo) também instaurou sindicância para avaliar o problema, que corre em sigilo.

O médico Paulo Barição não foi localizado pela equipe do Diário.

Fonte: [Diário do Grande ABC](#)